

MUDANÇAS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR EFETUADAS POR ESCOLAS INOVADORAS

CHANGES IN THE EVALUATION OF THE PERTAINING TO SCHOOL LEARNING EFFECTED BY INNOVATIVE SCHOOLS

Sônia Suzana Farias Weber¹
Eduardo Adolfo Terrazan²

¹Universidade Federal de Santa Maria/ Centro de Educação/ Núcleo de Educação em Ciências,
ssfweber@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Santa Maria// Centro de Educação/ Núcleo de Educação em Ciências,
eduterrabr@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo é parte de nosso trabalho de Mestrado, o qual teve por objetivo contribuir para o estabelecimento de parâmetros para práticas avaliativas que envolvam a promoção de inovação no cotidiano das Escolas de Educação Básica de Santa Maria/RS. Para este trabalho, vamos caracterizar as práticas avaliativas desenvolvidas em duas (02) escolas de Santa Maria/RS, onde analisamos, inicialmente, os documentos escolares – Projetos Político Pedagógicos (PPP) e Regimentos Escolares (RE) e, posteriormente, realizamos entrevistas estruturadas com duas (02) coordenadoras pedagógicas e com oito (08) professores do Ensino Médio (EM). As informações evidenciaram que as mudanças partiram da necessidade de resolver problemas referentes à aprendizagem e à evasão escolar. Nesse sentido, as mudanças efetuadas nessas escolas refletiram, diretamente, na organização curricular e, conseqüentemente, na necessidade dos professores repensarem suas práticas docentes, abrindo possibilidade de reflexões, trocas, estudos e planejamentos constantes.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Inovação Educacional, Mudança, Ensino.

Abstract

The present study it is part of our work of Mestrado, which had for objective to contribute for the establishment of parameters for practical evaluative that involve the promotion of innovation in the daily one of the Schools of Basic Education of Maria/RS Saint. For this story, we go to characterize the practical evaluative developed in two (02) schools of Maria/RS Saint, where we analyze, initially, the pertaining to school documents – Project's pertaining to school Politico Pedagogical (PPP) and Regiments (REVERSE SPEED) and, we carry through interviews structuralized with two (02) coordinating pedagogical ones and with eight (08) professors of Average Ensign (IN). The information had evidenced that the changes had left of the necessity to decide referring problems to the learning and the pertaining to school evasion. In this direction, the changes effected in these schools had reflected, directly, in the curricular organization and, consequently, in the necessity of the professors to rethink its practical professors, opening constant possibility of reflections, exchanges, studies and to plan.

Keywords: Learning assessment, Educational Innovation, Change, Teaching.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Nas últimas décadas, mais especificamente a partir dos anos 50, a avaliação da aprendizagem escolar vem sendo foco de várias pesquisas e estudos na área de Educação, com diferentes enfoques: tecnológico, sociológico, filosófico e político.

As atividades de avaliação no sistema educacional do Brasil ainda são bastante escassas, mesmo a temática sendo impulsionada pelo Ministério da Educação ao longo dos anos 90; sinalizando que essas atividades têm ocorrido com mais frequência através de exames de avaliação, aplicados pelo Ministério da Educação (MEC), como: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico – SAEB (ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica e ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e Exame Nacional de Cursos – ENC.

Segundo Romão (2005) as concepções de avaliação mais presentes podem ser classificadas de acordo com o tipo e a função que desempenham na escola. Para este autor, os tipos de avaliação podem ser: Formativa, Diagnóstica, Mediadora, Emancipatória, Dialógica, Somativa ou Tradicional.

Outro aspecto da avaliação que merece especial atenção, diz respeito à função que a mesma desempenha na escola, sendo três suas funções básicas: Prognóstica, Diagnóstica e Classificatória. Este último tipo de avaliação visa apenas classificar o aluno para a série, etapa ou o ciclo seguinte, não há como verificar se o mesmo avançou, progredindo ou não, uma vez que a mesma institui um caráter terminal a educação, não sendo possível afirmar ao aluno se ele está preparado para a sua inserção crítica na vida em sociedade.

O reflexo desse tipo de avaliação é percebido nos resultados apresentados pela UNESCO, através do relatório Delors (1998), como também encontrados em sua página na internet, os quais representam bem a preocupação com esta temática. Para mudar este quadro a LDB/96 abre espaço para que as instituições de ensino possam delinear o caminho a seguir, inicialmente, por meio de seus documentos escolares oficiais, tais como: Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Estudos e Regimentos Escolares e posteriormente, pelas ações definidas nestes documentos. Nesse sentido torna-se necessário realizarmos um breve estudo do que propõem as orientações oficiais para as escolas.

A PROPOSTA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Na última década as escolas definiram sua Proposta Pedagógica e seus Planos de Estudos, para posteriormente normatizar essa proposta através do Regimento Escolar, com base na “Matriz Curricular ou Base Curricular” de cada instituição; marcada pela flexibilidade introduzida pela Lei nº9394/96 que descentraliza as decisões, dando autonomia aos órgãos escolares através do exercício da democracia, levando em consideração a região e o local onde a escola ou instituição de ensino está inserida. Os PE devem definir claramente *o que, quando e por quanto tempo* será estudado determinado assunto e quais os objetivos, os conteúdos e a profundidade do que será estudado.

Como mudança maior da Lei 9394/96, a seriação deixa de ser o foco da organização curricular da escola tradicional, alicerçada nos ideais tecnicistas e na fragmentação do ensino e da avaliação da aprendizagem, os quais estão centrados na reprovação e repetição de todo o processo de aprendizagem. Esta lei abre espaço para se repensar à problemática social da educação e a necessidade de “mudanças”, tendo como eixo principal a relação entre indivíduo e sociedade concretizada na ação, no movimento, na prática social, na relação com outros indivíduos e no conjunto de relações sociais, sendo que ao professor compete, como agente de transformação, reconstruir a educação com base em uma ação pedagógica que privilegie o indivíduo e o social, propiciando o surgimento de uma escola comprometida com um projeto sincronizado com a comunidade e a sociedade que a compõe, que seja “capaz de levar à

‘mudança’ social e cultural da comunidade a ‘melhoria’ das condições de vida de sua população” (CEED, Parecer nº740/99, p.03).

A educação atual exige essa “mudança” e a LDB deve ser a novidade que propiciará as “inovações” na escola. Cabe a comunidade repensar a escola que deseja, onde o professor tem um papel imprescindível no processo de ressignificação e tomada de consciência, pois deve estar em constante replanejamento de suas ações e sua dinâmica de trabalho. A “mudança” de paradigma que a legislação aponta, deve estar presente no Projeto Pedagógico da escola, onde a construção da realidade educativa deve buscar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. No âmbito dessas mudanças a LDB/96 determina que a União organize o processo nacional de avaliação do rendimento escolar para todos os níveis de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (art. 9º, VI). Sendo assim, discutir “avaliação” nos remete para além da análise das práticas realizadas, nos leva a discutir o interesse de outras pessoas no sistema educativo, além de alunos, professores e comunidade escolar.

No Brasil as avaliações externas têm ganhado espaço nos diversos níveis de ensino, evidenciando que esta passa a ser definidora de políticas públicas para a educação bem como um mecanismo de controle social na concepção do Estado como avaliador, que usa a eficácia e a competitividade como indicadores para a definição de melhorias na educação. No cenário atual, o enfoque dado à avaliação educacional afasta-se da vinculação das práticas de aplicação de testes e exames com a finalidade única de seleção e aprovação, abrindo espaço para as avaliações educacionais que fornecem informações não apenas do desempenho individual do aluno, mas também do sistema educacional.

Nesse contexto, as propostas pedagógicas para a educação se encaminham na tentativa de adequar-se as mudanças previstas na legislação - LDB/96, tomando um novo rumo mesmo que, muitas vezes, não se constituam em melhorias efetivas no processo educativo.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS INOVADORAS NA AVALIAÇÃO

Costuma-se caracterizar qualquer mudança na estrutura ou no funcionamento do sistema escolar como inovadora, sem uma reflexão sobre a complexidade e abrangência da temática. Alguns autores sustentam que a ocorrência das inovações, assim como a sua difusão ou não, num determinado contexto não ocorre de maneira neutra. Nesse sentido, Farias (2006) salienta a importância de distinguir “mudança” e “inovação”, bem como a relação das “melhorias” com estes dois termos, pois ambos têm sido tratados como sinônimos apesar de existir consideráveis diferenças entre os seus significados.

As Mudanças

Podem significar todo tipo de alterações, muitas vezes, ocorridas em um determinado ambiente, ainda que de forma involuntária, não planejada e sem uma preocupação efetiva com possíveis melhoramentos contextuais, que por si só, pode ser um ato descomprometido política, social e economicamente, pois a mudança é apenas uma intenção, uma possibilidade, uma oportunidade. A mudança como um fator positivo de progresso deve, efetivamente, acarretar em melhorias. Mas, o inverso também é possível, uma vez que podem ocorrer mudanças em um contexto sem, necessariamente, resultar em melhorias.

Assim a “melhoria” tem o papel de dar valor a mudança que venha acontecer num determinado local, caracterizando-se como a passagem de um estado anterior, não positivo, menos desejável, para um estado posterior positivo, atraente e mais desejável.

Podemos dizer que as transformações que marcaram a vida social nas últimas décadas têm afetado diretamente a função social da educação, colocando em xeque valores e conceitos da sociedade atual. As mudanças aceleradas e imprevisíveis são caracterizadas por fatores como a incerteza, o descrédito e o imprevisto. Em educação, as mudanças têm sido promovidas pelo

confronto entre a modernidade e a pós-modernidade; sendo que suas características são delineadas por vários fatores, os quais se iniciam em mudanças maiores e relacionadas ao plano econômico.

É neste quadro de transformações que se delineiam as mudanças em educação, processo pelo quais as instituições de ensino não podem ficar alheias, tendo a escola de hoje como desafio atender as necessidades de profissionais que desejam assumir a função docente em toda sua diversidade, ou seja, do professor que no contexto atual tem de desempenhar tarefas educativas que outrora não eram de sua incumbência a fim de compensar as carências do meio social em que vive o aluno.

Há, portanto, uma mudança de expectativa em relação ao sistema educacional, principalmente no que diz respeito à valorização profissional, pois nos dias de hoje possuir determinada formação não é mais garantia de reconhecimento social e econômico.

A partir desse perfil busca-se um novo modelo de educação, de formação, de escola e de professor. A educação não é mais um processo acabado, mas sim uma construção constante não apenas limitada ao período escolar; a escola passa a ser um espaço dinâmico, com significado e vida próprios; o professor não é mais apenas transmissor de conteúdos, mas um mediador no processo de ensino e de aprendizagem, capaz de questionar, refletir e mudar suas ações. A preocupação com a “qualidade do ensino”, infelizmente, não é uma iniciativa própria governamental baseada na necessidade de melhorias, mas sim pautadas nos interesses econômicos de países em desenvolvimento, que não é o nosso caso, com a finalidade de assegurar um espaço de produção nacional, desenvolvendo a capacidade das pessoas operarem no mundo globalizado.

A mudança faz parte da vida humana por ser o homem um idealizador, um sonhador e como tal, um ser incompleto e insatisfeito, sempre em busca da perfeição. É um processo lento e gradual que vai além da dimensão técnica da mudança, não se restringe apenas ao reducionismo, atinge principalmente a dimensão humana, política e ética das pessoas que nela estão envolvidas. É um processo de ressignificação da prática, vai além das modificações organizacionais da instituição ou da inserção de novas tecnologias; está alicerçada em novos valores. Trata-se de um processo demorado, delicado e sensível, que compreende as interações consensuais e conflituosas, as quais perpassam as relações internas e externas das instituições (FARIAS, 2006), sendo caracterizada pela construção individual, coletiva e interativa.

No cenário atual da educação as mudanças não podem ser fruto de ações isoladas e individuais, elas precisam do engajamento de todas as pessoas envolvidas no contexto educativo, principalmente o professor que é o agente, o protagonista da mudança de mentalidade das pessoas, constituindo-se no objetivo central da ação educativa, concretizada através da escola.

Nesse sentido, fica para nós que a *mudança* como um processo de ressignificação da prática é demorado e envolve alterações consideráveis nas atitudes e no modo de pensar dos indivíduos, tornando-se necessárias, primeiramente, que ocorram melhorias nas atitudes dos professores, no seu modo de pensar e de agir e na sua prática pedagógica de sala de aula; que possam ser refletidas através do trabalho conjunto, da interação e das trocas coletivas no interior da escola, lugar efetivo dessa mudança, envolvendo engajamento crítico, ético e político de cada um dos participantes.

As Inovações

Segundo FARIAS (2006), o termo inovação num primeiro momento sugere algo novo, em um contexto desconhecido, mas refere-se também a “emergência de algo” que resulta novo, no interior de um contexto.

A mesma autora divide as inovações educacionais em dois tipos: as “inovações internamente geradas” são as ações geradas pelos professores na busca de soluções para problemas vivenciados nas instituições de ensino, atendem a necessidades internas, como por exemplo: mudança dos horários, redistribuição das tarefas, diagnóstico de problemas com a

finalidade de intervenção (violência, drogas, sexualidade, etc.), apoio e aprimoramento do trabalho pedagógico do professor e na aprendizagem do aluno; e as “inovações educacionais externamente induzidas” são caracterizadas pela introdução e adoção de algo existente fora da escola, sendo o mantenedor o agente indutor e planejador da inovação.

Quanto à natureza das inovações, ela pode ser de dois tipos: as ações voltadas para a gestão da escola (referente aos aspectos organizacionais relacionados a administração e ao financeiro), como exemplo a gestão democrática, materializada pela eleição dos diretores, pela criação dos conselhos escolares e órgãos colegiados, o direcionamento dos recursos financeiros diretamente para a escola, etc. Já as inovações que incidem diretamente no ensino são consideradas de natureza pedagógica. Em ambos os tipos de inovação há uma intencionalidade por traz de qualquer ação, que é a de mudar as práticas pedagógicas nas escolas.

Toda a inovação tem a finalidade de incorporar “algo novo”, cujos resultados possam proporcionar melhorias no espaço em que são inseridas, visando um único fim que é o de cumprir com a sua função social. Portanto, podemos dizer que inovação e mudança não possuem relação, embora estejam muito próximas; mudar vai além de inovar e não existe, necessariamente, vínculo entre elas, pois não dizem respeito a um mesmo processo, embora as duas estejam no campo da inovação.

Qualquer tipo de *inovação* educacional, seja ela internamente induzida ou externamente gerada, tem presente um fim, uma intenção fundamental que é a de mudar a prática educativa; traz consigo a pretensão de suscitar *mudanças* e intencionalmente incorporar algo novo que resulte em *melhorias* no âmbito das instituições escolares, sejam nas estruturas ou nas práticas pedagógicas, refletindo-se no processo de ensino e de aprendizagem do aluno.

Para Padilha (2005) a inovação educacional está relacionada à construção de uma escola com melhor qualidade, que tenha gosto no ato de ensinar, alegria, seriedade na aquisição dos conhecimentos, solidariedade, curiosidade, que seja uma escola voltada para a transformação social e, cuja beleza desta se manifeste na formação dos sujeitos.

Para esse autor, qualquer tentativa de inovação educacional exige que se conheça o que será instituído, deverá haver sensibilização das pessoas envolvidas e reconhecimento das necessidades existentes; um referencial teórico que dê suporte e consistência à proposta, uma comunicação eficiente, com sentido explícito, objetivo, flexível e exequível sobre o que se quer inovar e, sobretudo efetuar práticas de avaliação e auto-avaliação sobre a proposta de inovação que será implantada.

A CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS INVESTIGADAS

Tendo em vista a diversidade e o grande número de escolas no município de Santa Maria/RS, realizamos em um primeiro momento um estudo exploratório com base nos Documentos oficiais de um conjunto de escolas que possuem a modalidade de Ensino Médio.

A partir da análise documental realizada escolhemos duas escolas que serviram de amostra e exemplares para nossa pesquisa, as quais são denominadas de escola Norte (N) e escola Sul (S). Assim, apresentamos a caracterização da proposta pedagógica e avaliativa dessas escolas, consideradas inovadoras em suas práticas avaliativas a partir de seus documentos escolares.

A Escola Norte – A Escola Norte (N) atende aproximadamente, oitocentos e vinte e quatro (824) alunos, nas modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino médio e EJA; possui cerca de oitenta e seis (86) professores, dos quais vinte e nove (29) atendem ao EM nos três turnos e dezoito (18) funcionários; seu regime escolar é anual na EI, EF-SI (ensino globalizado), regime anual e seriado no EF-SF e EM e por totalidades (01 e 02) na EJA, sendo que cada turma não pode ultrapassar o número máximo de vinte e cinco (25) alunos.

A finalidade da Escola é desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum dispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Para isso, a escola como instituição responsável pelo desenvolvimento da educação, universaliza o acesso a mesma com a finalidade de promover a inclusão social.

Seu objetivo geral é inserir a escola no momento social, lutando pela desalienação e libertação do homem, com vistas a sua formação: dinâmica, consciente, transformadora, valorizando todos, como seres ativos, comprometidos, responsáveis e participativos na sociedade. Tem como objetivo específico para o EM, segundo seus documentos escolares, possibilitar ao aluno uma educação de caráter geral, na sociedade contemporânea, através da aquisição de competências básicas que possam levá-lo a construir o conhecimento necessário para prosseguir os estudos e a participar do mercado de trabalho, desenvolvendo-lhe como sujeito consciente para exercer sua cidadania.

Quanto a organização curricular, seus PE são embasados pela LDB, pelos princípios e diretrizes do Estado e pelas DCNs para o EF, EM e EJA, os quais são construídos e aprovados pela comunidade escolar e homologados pela mantenedora. O currículo está organizado por áreas do conhecimento, desvinculando os conteúdos de ensino da seriação e da fragmentação, passando a ter características interdisciplinares, contextualizada e significativa para o educando, sendo que o trabalho desenvolvido em sala de aula e fora dela tem como princípio básico a qualidade da aprendizagem do aluno.

Em relação ao plano de trabalho dos professores, cada professor elabora seu plano de trabalho a partir do PPP e do RE, o qual será revisto sempre que necessário ou anualmente. Deve ser composto por objetivos a serem alcançados e, neles devem estar implícitos os conhecimentos, habilidade e competências a serem trabalhadas, a metodologia de trabalho a ser desenvolvida e a forma como os alunos serão avaliados. A avaliação na escola Norte acontece sob dois aspectos: a avaliação da instituição, que ocorre anualmente, através da avaliação da execução do PPP e do aluno, o qual será avaliado: em relação aos objetivos do ensino trimestralmente, de forma contínua e cumulativa a partir da observação de seu desempenho e de variados instrumentos individuais e coletivos, escritos ou não, com ênfase na avaliação do processo diagnóstico e formativo (RE da escola N, 2007).

Desde o ano de 2003 a escola aboliu a nota dos registros dos resultados da avaliação da aprendizagem do aluno, passando a expressar esses resultados por meio de Relatórios de Aprendizagem, elaborados trimestralmente de acordo com a área de ensino e embasados em objetivos de aprendizagem previamente estabelecidos pelos professores, desvinculando da representação numérica.

As expressões dos resultados da avaliação dos alunos são entregues aos maiores de idade ou aos pais dos menores, em reuniões trimestrais ou em conselhos de classe; a escola possui estudos de recuperação paralela (ao longo do período letivo, à medida que houver necessidade, atendendo de forma diferenciada e individual o aluno), estudos adicionais (no final do ano letivo, ocorre como um prolongamento do 3º trimestre) e estudos prolongados (para alunos da 3ª série do EM, em até 02 componentes curriculares).

A escola possui um projeto pedagógico progressista, segundo a concepção apresentada nos documentos escolares, que visa essencialmente à aprendizagem significativa do aluno, superando a tradicional aprendizagem memorística, não havendo uma preocupação com a quantidade de conteúdos de ensino que serão desenvolvidos nas diferentes séries ou áreas de ensino. A proposta pedagógica da escola é caracterizada como: diferenciada, preocupada em valorizar o aluno e o conhecimento, um processo difícil e lento, com muita resistência em romper com a cultura tradicional de metodologia e de avaliação da aprendizagem. Compreende a avaliação como um conjunto de atuações que tem a função de: diagnosticar a aprendizagem, sustentar e orientar as ações de intervenção do professor para tomar medidas necessárias ao progresso do aluno. Para que isso ocorra, são adotados procedimentos específicos que o

professor deve considerar, para melhor orientar o processo de avaliação da aprendizagem. Tais como:

- diminuir a ênfase na avaliação (prova e teste), coletando informações continuamente durante o processo de ensino e não em um único momento, para diminuir o uso da avaliação classificatória e o aluno adquirir o hábito do estudo diário;
- redimensionar os tipos de conteúdos trabalhados, para que seja reflexiva, relacional, compreensiva e não de memorização; levar em consideração o que é essencial, significativo, avaliar o fundamental (como estabelecer relações, comparar situações, resolver problemas, etc);
- oferecer oportunidades de recuperação aos alunos que não atingiram os objetivos propostos;
- perceber a necessidade de intervenção quando a aprendizagem do aluno não é efetivada, através dos resultados das avaliações;
- nos trabalhos em grupos os alunos serão avaliados de acordo com a participação de cada aluno e suas intervenções, com o acompanhamento direto do professor;
- utilizar diferentes tipos de questões dissertativas, oferecer questões a mais para que o aluno possa escolher expressando o conhecimento na que lhe é mais clara, propor aos alunos que elaborem questões;
- manter a rotina diária nas avaliações e se os alunos quebrarem alguma regra previamente estabelecida (ex. avaliação sem consulta) aplicar sanções já combinada com eles;
- evitar dar ênfase aos alunos que se destacam nas avaliações da aprendizagem, para evitar a competição;
- usar questões desafiadoras que superem a mera memorização do aluno;
- dar orientações ao aluno quanto a seu desempenho ou nível alcançado, não atribuir certo ou errado, mas sim conceitos do tipo: “atenção à questão X”, “revise o conteúdo Y”.

Para avaliar a aprendizagem é necessário que se estabeleçam objetivos, os quais servirão de guia para o professor realizar a avaliação da aprendizagem de seus alunos. Rompendo-se com a avaliação exclusivamente seletiva e classificatória, pois ao estabelecerem objetivos os professores verificam se o aluno atingiu ou não esse objetivo de aprendizagem e não a mera memorização de determinados conceitos, muitas vezes irrelevantes a ele.

Para tanto, faz-se necessário um rompimento com a rigidez de conteúdos previamente estabelecidos e com a obrigatoriedade de vencer listas de conteúdos, cuja aplicabilidade e significação são meramente ilustrativas na vida do aluno.

A Escola Sul – a Escola Sul (S) está situada em uma região periférica da cidade de Santa Maria, próxima a uma comunidade bastante carente. Foi criada em 2002 por solicitação dessa comunidade, para atender especificamente uma clientela jovem e adulta moradores da própria região, que após a conclusão do EF não tinha condições de se deslocar para outras escolas. Os alunos matriculados nessa escola são de faixa etária variada, com poder aquisitivo bastante limitado, sendo a maioria trabalhadores do comércio ou domésticos.

A escola funciona desde sua implantação nas dependências de uma escola municipal, através de uma parceria entre governo estadual e municipal. Onde o município de Santa Maria comprometeu-se em ceder parcialmente, por 05 anos, algumas salas não ocupadas por essa escola, limitando o número de alunos em função do espaço físico. Iniciou suas atividades atendendo quatro turmas de alunos da 1ª série do EM, mas atualmente possui apenas três salas de aula.

Segundo o PPP da escola, os alunos buscam a conclusão do EM com o objetivo de adquirir mais que conteúdos acadêmicos, precisam de uma escola que lhes propicie: conhecimento intelectual, social e pessoal; uma melhor qualificação e inserção no mundo do trabalho, pois muitos estão desempregados; obter uma melhoria na sua vida profissional, sendo que muitos alunos trabalham e estudam ao mesmo tempo e outros querem fugir dos problemas existentes nas suas vidas como: desemprego, uso de drogas, carência de valores éticos e morais e

situações de violência.

Nesse sentido, a comunidade escolar sentiu necessidade de organizar a escola de forma diferenciada, rompendo com a rigidez da seriação, a fim de atender a esta população que possuía anseios e necessidades bem particulares.

O PPP da escola foi construído a partir de uma pesquisa realizada junto aos alunos para conhecer seus objetivos, anseios e desejos, buscando uma nova estruturação curricular e pedagógica, que contemplasse a interdisciplinaridade de acordo com as áreas de estudos, para dar um sentido maior aos conhecimentos desenvolvidos em aula. A escola tem por finalidade oferecer um ensino de qualidade que garanta a permanência do aluno, assegurando-lhe uma formação indispensável para o exercício da cidadania e proporcionando-lhe uma formação geral com uma convivência solidária, e que sejam respeitadas as diferenças e limitações.

Possui apenas a modalidade de Ensino Médio, por etapas (de 01 a 08), atualmente atendendo cento e vinte e nove (129) alunos, com treze (13) professores e uma (01) professora desempenhando a função de auxiliar administrativa; sendo que a principal característica da escola é trabalhar a interdisciplinaridade por áreas de estudo, são elas: área sócio-histórica (compreende a história, geografia, psicologia, filosofia e ensino religioso), área de expressão (compreende a língua portuguesa, literatura, língua estrangeira, educação artística e educação física), área sócio-biológica (fazem parte química e biologia) e área lógico-matemática (fazem parte física e matemática), agrupando as disciplinas afins que compõem cada área.

Cada disciplina tem um professor específico, que de acordo com as áreas de estudos trabalham em conjunto na sala de aula. Os professores têm carga horária máxima de doze (12) horas semanais frente ao aluno e mais quatro (04) horas destinadas aos planejamentos didáticos, na escola. Nesse dia também é realizado o apoio pedagógico com alternância semanal das áreas de estudo e presença obrigatória dos alunos para recuperar conhecimentos e habilidades deficitários, oportunizando aos alunos o reforço/apoio pedagógico em todas as áreas de ensino.

O trabalho proposto está pautado no compromisso de desenvolver *habilidades e competências*, planejadas por cada área de ensino de acordo com a etapa, as quais devem preparar o aluno para o mundo do trabalho, sendo capaz de exercer sua plena cidadania.

A forma como os resultados de avaliação da aprendizagem são expressos é através de Parecer Descritivo, elaborados diariamente e socializados com os alunos trimestralmente, construídos de acordo com a área de ensino e embasados em objetivos de aprendizagem previamente estabelecidos pelos professores de acordo com as competências e habilidades previstas. Por esta razão, a escola busca um *processo avaliativo emancipatório* que tenha como principal *objetivo o progresso do aluno sem retenção* na etapa, adotando o regime de progressão continuada para permanentemente avaliar as habilidades que deverão ser desenvolvidas no aluno e registradas em planilhas, as quais serão planejadas de acordo com cada área de ensino.

A avaliação na escola Sul, segundo o RE (2003), é caracterizada como um processo de ação contínua, concreta, contextualizada no cotidiano escolar e vivenciada por todos. Deve ser contínua, diagnóstica, investigativa e participativa, visando a emancipação do aluno, tendo como objetivo respeitar as diferenças e os diferentes ritmos e trajetórias de aprendizagem, considerando na concepção dialética, a participação de todos os segmentos.

Na escola Sul, o aspecto salientado pelos professores como fator determinante no processo de avaliação da aprendizagem é o trabalho de planejamento e ensino realizado conjuntamente nas áreas de estudo; isso ocorre através da interdisciplinaridade, a qual está direcionada para desenvolver competências através dos conhecimentos adquiridos para gerar habilidades necessárias ao aluno a fim de que este possa desenvolver-se criticamente e reflexivamente, contribuindo para a melhoria da sociedade em que vive.

ASPECTOS INOVADORES NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Quanto aos aspectos que podem ser considerados inovadores nas práticas realizadas na Escola Norte, são: a forma como é realizada a avaliação da aprendizagem do aluno, o modo como são realizados os registros e a expressão dos resultados da avaliação, através de relatórios de aprendizagem, como a escola os denomina.

Esse é o aspecto que mais chama a atenção, o fato da escola ter abolido a nota dos registros de avaliação da aprendizagem do aluno passando para relatórios de aprendizagem, existem outros, tais como: o uso de diferentes instrumentos de avaliação em diferentes momentos da aprendizagem, não uso da caneta vermelha nas correções das produções dos alunos, orienta-se que não se dê certo ou errado nos trabalhos escritos dos alunos, mas que se observe para eles a necessidade de rever aquele conteúdo esclarecendo as dúvidas quando apresentar resposta incompleta ou mesmo errada.

O que se considera de inovador nas práticas, é o fato da escola propiciar abertura para as mudanças ocorrerem quando necessárias.

A escola oferece todo o apoio aos professores que procuram melhorar sua prática pedagógica, uma vez que a proposta da escola foi construída coletivamente, sendo do interesse da equipe que dê certo. Há preocupação e empenho da equipe pedagógica em trazer pessoas que possam contribuir na efetivação do trabalho na escola, tais como: palestras com profissionais de outras instituições de ensino com a finalidade de consolidar a prática e o apoio ao professor.

Quanto aos aspectos considerados inovadores na proposta pedagógica da Escola Sul, a interdisciplinaridade é considerada o principal aspecto inovador nessa organização, uma vez que os professores trabalham juntos na sala de aula realizando planejamentos por áreas de ensino e definindo tempo para planejamentos e atendimento dos alunos. Pois, na proposta pedagógica a escola já destina um horário para os alunos esclarecerem dúvidas e para os professores atenderem somente os que estão com maiores problemas, de frequência ou de aprendizagem ou que ainda não acompanham os demais colegas de turma.

O aspecto que mais chama a atenção como inovador na organização e na avaliação da aprendizagem praticada na escola Sul, é o fato do *regime escolar* ser organizado *por etapas* e não séries bem como *a forma como são efetuados os registros das avaliações*, através de *parecer descritivo*. Outro aspecto muito importante e norteador de toda a proposta é a *interdisciplinaridade* desenvolvida, pois os professores trabalham em sala de aula, planejam as atividades de ensino e avaliam a aprendizagem dos alunos juntos, de acordo com a área de estudo, como é chamada na escola a prática conjunta dos professores na mesma sala.

Para que haja interdisciplinaridade é necessário um bom relacionamento entre os colegas das áreas de estudo, a fim de que a proposta realmente se efetive. Pois, nessa proposta as trocas são constantes e o professor deve estar sempre pronto para o estudo e aprendizado das disciplinas que fazem parte de cada área, tendo a escola o desafio de romper com qualquer forma de *classificação ou retenção* do aluno, alcançando por meio do processo avaliativo o caminho para a interdisciplinaridade.

Os professores apontam, também, o fato de que eles assumem uma turma em todas as oito (08) etapas, durante os três (03) anos do EM, facilitando a construção do parecer descritivo, pois dessa forma eles têm tempo para conhecer bem o aluno quanto ao desenvolvimento de sua aprendizagem. Quanto às mudanças ocorridas, os professores salientam que as percebem quando vão para outra escola, sendo estas totalmente positivas, uma vez que quando um professor assume na escola já vem ciente do projeto que é desenvolvido procurando adaptar-se logo a proposta de trabalho.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Salientamos a importância de sugerir algumas práticas avaliativas, trazendo considerações sobre o processo de avaliação da aprendizagem cuja finalidade é promover um melhor equilíbrio no tratamento dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, de forma que estejam articulados com o processo de ensino e venha contribuir para a plena formação e efetivação da aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, as instituições de ensino têm de levar em consideração que:

1. Para definir a metodologia de trabalho e de avaliação devem realizar um diagnóstico da situação e das necessidades de ensino, de acordo com as particularidades de cada comunidade na qual está inserida;
2. A avaliação numa concepção emancipatória deve ser diagnóstica, contínua, qualitativa, dinâmica e investigativa, como já defendemos anteriormente;
3. Os procedimentos de ensino e avaliação devem estar em consonância com a proposta pedagógica da escola;
4. Os procedimentos de avaliação devem partir de uma mudança de perspectiva do professor em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois devem servir de apoio ao professor na definição e desenvolvimento de sua metodologia de trabalho.
5. As atividades de avaliação desenvolvidas devem ser o mais próximas e mais semelhantes possível das atividades de ensino realizadas com os alunos, uma vez que a finalidade da avaliação é diagnosticar se a aprendizagem se efetivou, apontando falhas no processo de ensino.

Assim, com base nessas considerações, nas concepções apresentadas por Padilha (2005) e nas práticas apresentadas pelos professores investigados, foi possível sugerir alguns procedimentos e atividades de avaliação que consideramos pertinentes de serem aplicados, tais como: a observação diária, o registro, provas e testes, debates e a auto-avaliação. Pode-se usar com mais frequência os relatos, as sínteses, a interpretação de resultados de atividades experimentais, etc., integrados as atividades didáticas realizadas na sala de aula, para verificar as opiniões dos alunos e avaliar as situações de aprendizagem que foram criadas no processo, a fim de que estas atividades sejam percebidas como de avaliação.

Assim, neste estudo defendemos a idéia de que toda e qualquer mudança em educação surge de necessidades geradas internamente na escola e partimos do princípio que as mudanças efetuadas nas escolas, nesse momento, estão voltadas à metodologia de ensino, a avaliação da aprendizagem ou a reprovação escolar. Ressaltamos que as mudanças efetivadas nas duas escolas investigadas, segundo as informações dos professores, partiram dessas necessidades as quais são as maiores causas da evasão escolar.

Fica evidente a preocupação de ambas as escolas investigadas com a qualidade do ensino refletido na aprendizagem e na formação do aluno como futuro cidadão atuante, com a educação formativa, para além das provas, dos bancos acadêmicos e das carreiras de ponta, uma vez que essas duas escolas são públicas e trabalham com alunos de periferia. O que não significa deixar a qualidade de lado, pelo contrário prioriza-se ainda mais, mostrando que é possível ter um olhar diferente sobre a escola pública, do que a atual sociedade impõe.

Podemos dizer que as ações geradas pelas equipes pedagógica, professores e comunidade escolar ocorreram na busca de soluções para os problemas vivenciados nessas instituições de ensino, a fim de atender às necessidades internas das escolas, como no caso de apoio e aprimoramento do trabalho pedagógico dos professores para a efetivação da aprendizagem dos alunos mudando as práticas efetivadas nas escolas, com o único fim de cumprir com a sua função social.

No entanto, as inovações nesses espaços educativos necessitaram de ações consistentes que partiram da mudança nas suas propostas pedagógicas, configurando-se numa ação completa

que envolveu todas as etapas, tais como: a instalação, a aceitação e a utilização das mudanças propostas e efetivadas.

Nesse sentido, os profissionais que trabalham nas escolas investigadas são movidos por saberes construídos a partir de sua formação, das experiências profissionais e de suas práticas pedagógicas diárias. Buscam respostas para suas dúvidas e incertezas quanto à metodologia de trabalho em sala de aula e principalmente quanto à metodologia de avaliação da aprendizagem. Para tanto, surge a necessidade de estudos de formação e aprofundamento, reflexões sobre as práticas docentes, além de dispositivos que permitam a participação efetiva dos professores, o acompanhamento desse processo pela equipe pedagógica.

Sabemos, para que estas propostas realmente aconteçam faz-se necessário que não percam suas características iniciais, mas sejam constantemente avaliadas a fim de melhorar os pontos que ainda não estão de acordo com o desejo da comunidade escolar. Para isso, é necessário que os órgãos encarregados pela manutenção da educação prestem investimento e simultaneamente levem a termo a efetivação e o incentivo às propostas com potencial inovador, a longo prazo, oferecendo condições de trabalho e estudo para os profissionais da educação.

Do contrário, o sistema de ensino será frequentemente tentado a mudar as aparências, mas não alterar a essência. Pois, qualquer tipo de *inovação* educacional, seja ela internamente induzida ou externamente gerada, deverá ter presente um único fim que é fundamental em qualquer prática educativa, o de suscitar *mudanças* intencionais incorporando algo novo que resulte em *melhorias* nas práticas pedagógicas das escolas, como no caso das escolas Norte e Sul e que venha refletir-se no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Evidentemente, que uma inovação pode alterar os objetivos de ensino nas escolas, mas talvez não consiga introduzir mudanças na prática educacional de alguns professores, pois nota-se que alguns deles ainda mantêm um vínculo com a forma de trabalho anterior, insistindo em manter certos hábitos e práticas tradicionalmente arraigadas. Por isso, defendemos a posição de que as mudanças educativas devem atuar diretamente nas práticas pedagógicas das escolas, sem deixar de lado a estruturação do sistema educativo, o qual é imprescindível para dar suporte a qualquer mudança ou inovação que se deseja implementar. Assim, qualquer tentativa de inovação educacional exige que se conheça o que será implantado, devendo inicialmente, haver uma sensibilização das pessoas envolvidas com o reconhecimento das necessidades existentes para planejamento de ações posteriores, que sejam objetivas e consistentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas com este estudo apontaram que as mudanças efetivadas nas escolas investigadas, inicialmente estão voltadas para o que a legislação atual prevê em termos de organização curricular. Através da introdução de mudanças em suas estruturas e organizações curriculares e conseqüentemente refletindo nas práticas desenvolvidas em sala de aula nessas escolas.

A partir das orientações da LDB/96 e das resoluções e pareceres do CEED algumas escolas, especificamente a Norte e Sul, viram nesta abertura apontada através da legislação a possibilidade de se reorganizar e se estruturar de forma a atender aos anseios e necessidades pedagógicos de suas comunidades escolares específicas, as quais têm como preocupação central a qualidade do ensino.

As alterações efetuadas na avaliação direcionam a prática dos professores, pois eles passaram a realizar registros individualizados e diários do desenvolvimento do aluno, através de instrumentos diversos, tais como: trabalhos de pesquisa, individuais ou em grupo, interpretação de textos, questões reflexivas, provas, seminários, relatos, sínteses, etc., o que leva o professor a conhecer bem o aluno oferecendo um atendimento individual e bem particular.

Essas informações ainda apontaram que, mesmo com todas as mudanças efetuadas e as inovações implementadas nas escolas, seja através de estudos e constantes avaliações das propostas pedagógicas ou referente a metodologia de avaliação utilizada, sentimos que alguns professores ainda têm dificuldades de avaliar a aprendizagem de seus alunos. Pois, afirmam sentir necessidades de orientações mais objetivas para a sua prática, sendo que esses ainda não conseguem entender e vincular a avaliação como parte do processo de verificação da aprendizagem. O sucesso para essas buscas e para as mudanças e inovações que se deseja programar na escola depende de modo preponderante dos profissionais da educação e também de condições favoráveis de trabalho, tais como: horário destinado para planejamentos didáticos, material para se efetivar os planejamentos didáticos, salários dignos e condizentes com sua formação profissional; de formação continuada, número reduzido de alunos por sala e principalmente, carga horária frente ao aluno que favoreça o desempenho de todas as demais condições.

Assim, este estudo pretendeu, em um primeiro momento, apontar algumas escolas como exemplares de práticas diferente das tradicionais, as quais efetuaram mudanças na sua organização curricular, que de uma forma ou de outra se refletiram diretamente no processo de ensino e avaliação da aprendizagem do aluno, algumas delas caracterizadas como inovadoras. Num segundo momento, suscitar discussões e reflexões acerca da prática de avaliação e de ensino das escolas investigadas, contrapondo-se com as práticas desenvolvidas atualmente nas escolas de EM, apontando parâmetros que possam ajudar a contribuir para desenvolver práticas avaliativas que envolvam a promoção de inovação no cotidiano escolar, servindo assim de exemplo a futuras mudanças de organização curricular a serem institucionalizadas.

Finalmente, nos trouxe muitas indagações, dúvidas e reflexões, as quais pretendemos continuar a investigar, não somente referente a avaliação da aprendizagem do aluno, mas também referente as mudanças necessárias para a efetivação de qualquer inovação educacional que se deseja implementar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso: 06, março 2006.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Inovação, mudança e cultura docente.** Brasília/DF/BRA: Liber Livro, 2006.
- FERRETTI, Celso João. A inovação na Perspectiva Pedagógica. In: GARCIA, Walter E. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** 3.ed. Campinas/SP/BRA: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), 1995. p. 61-90.
- GARCIA, Walter E. (coord.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** 3.ed. Campinas/SP: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea), 1995.
- GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. Inovação Educacional: a saga de sua definição. In: GARCIA, Walter E. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** 3.ed. Campinas/SP/BRA: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), 1995. p. 197-209.
- HERNÁNDEZ, F. **Aprendendo com as inovações nas escolas.** Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre/RS/BRA: Artmed, 2000.
- HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo do problema da inovação.** Tradução de Jamir Martins. São Paulo/SP/BRA: Editora Cultrix, 2003.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento diálogo: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** 5 ed. São Paulo/BRA: Cortez, Instituto Paulo Freire (Guia da Escola Cidadã, v.7), 2005. p.95-157. ISBN: 85-249-0787-8.
- ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.** 6 ed. São Paulo/BRA: Cortez; Instituto Paulo Freire (Guia da Escola Cidadã, v.2), 2005. ISBN: 85-249-0684-7.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 740/99, de 13 de outubro de 1999 – Orientações para o Sistema Estadual de Ensino, relativas aos artigos 23 e 24 da Lei Federal n. 9394/96.** Relatora Eveline Borges Streck. Porto Alegre/RS/BRA, 1999.
- THURLER, M. G. **Inovar no interior da escola.** Tradução de Jeni Wolf. Porto Alegre/RS/BRA: Artmed, 2001.